

PEC avança após impacto fiscal diminuir em R\$ 30 bi**NO SENADO****PEC AVANÇA COM R\$ 168 BI****CCJ desidrata proposta em R\$ 30 bi e abre brecha para orçamento secreto**FERNANDA TRISOTTO, NATÁLIA PORTINARI E VÍTOR DA COSTA fernanda.trisotto@oglobo.com.br

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a "PEC da Transição", que abre espaço no Orçamento de 2023 para promessas de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como manter o Bolsa Família em R\$ 600 e dar aumento real ao salário mínimo. A proposta de emenda à Constituição, que deverá ser avaliada hoje pelos senadores em plenário, prevê um impacto total de R\$ 168 bilhões: amplia o limite do teto de gastos em R\$ 145 bilhões e permite a liberação de R\$ 23 bilhões em investimentos fora da regra fiscal. A expectativa é de aprovação sem alterações no Senado, e o texto então seguirá para a Câmara dos Deputados.

Para conseguir aprovar a medida em 20 dias desde que a equipe de transição apresentou formalmente a primeira minuta da proposta, em 16 de novembro, o PT precisou aceitar quatro grandes mudanças. A primeira foi permitir que a PEC comece a valer ainda este ano, o que pode abrir um espaço fiscal de R\$ 23 bilhões que seria usado para descongelar verbas de ministérios e pagar R\$ 7,7 bilhões em emendas de relator, o chamado orçamento secreto.

VALIDADE DE DOIS ANOS

Além disso, a equipe de Lula teve de concordar com uma validade de dois anos da PEC — a ideia original era garantir espaço fiscal em todo o mandato do peista, por quatro anos. O texto aprovado ainda obriga o governo eleito a enviar uma nova proposta de âncora fiscal para o país, em substituição ao teto de gastos (que limita o aumento das despesas da União à inflação do ano anterior), até agosto de 2023. E, principalmente, o novo governo teve de reduzir o impacto total da medida, que em vez dos R\$ 198 bilhões pleiteados, ampliará os gastos

públicos em R\$ 168 bilhões.

Este valor, contudo, ainda é acima do apontado como ideal para evitar uma piora das contas públicas. Integrantes da equipe do governo de transição de Lula indicavam que ampliar gastos entre R\$ 136 bilhões e R\$ 150 bilhões seria algo "neutro", ou seja, não representaria um aumento da despesa pública em relação ao PIB, não havendo então uma

ampliação da dívida pública. O Itaú Unibanco, por sua vez, estimava que este valor deveria ser de R\$ 96 bilhões para manter o equilíbrio fiscal.

O texto apresentado na manhã de ontem pelo relator da PEC, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), mantinha um impacto total de R\$ 198 bilhões, mesmo valor da proposta original do PT, mas com validade de dois anos. O relatório,

contudo, previa um aumento do teto de gastos em R\$ 175 bilhões, deixando apenas os R\$ 22,9 bilhões para investimentos, resultado de excesso de arrecadação, fora da regra fiscal. Depois de horas de negociação, a PEC foi aprovada com uma redução de R\$ 30 bilhões, permitindo que o teto seja ampliado em R\$ 145 bilhões.

Apesar de alguns senadores já indicarem que tentarão di-

minuir ainda mais o valor com a apresentação de emendas no plenário, a expectativa é que o texto consiga ser aprovado como veio da CCJ.

Entre os deputados, há o compromisso de aprovar a PEC com a mesma redação do Senado na próxima semana. A equipe de Lula tem como prazo final o dia 22 de dezembro para ter a PEC promulgada, a tempo de fa-

zer alterações no Orçamento de 2023.

Alexandre Silveira, que continuará como relator da PEC no plenário, diz que o acordo cria um ambiente mais propício para votação prevista para hoje:

— É difícil fazer essa avaliação, nós precisamos de 49 votos, mas acho que temos para aprovar o texto do jeito como ele saiu da CCJ. Agora, para alterar o texto, são eles que precisam de 49 votos (para qualquer mudança) e não vão colocar.

REDUÇÃO BEM RECEBIDA

A aprovação de uma PEC mais enxuta foi bem avaliada por especialistas do mercado, ainda que o valor de R\$ 168 bilhões seja considerado alto.

— Reduz um pouco o impacto, mas ainda fica em um valor elevado. Com os R\$ 168 bilhões, estamos falando em um aumento de despesas em torno de 1,7% do PIB — disse o economista da XP Tiago Sbardelotto.

Ele avalia como positiva, contudo, a manutenção do programa dentro de um teto de gastos ampliado:

— Com o Bolsa Família fora do teto, não haveria freio para a expansão do programa.

A economista-chefe da Veedha Investimentos, Camilla Abdelmalack, afirma que os investidores já esperavam um texto desidratado. Ela destaca, no entanto, que ainda restam dúvidas sobre o cenário das contas públicas:

— O que acontece com esses benefícios a partir de 2025? É difícil pensar que os valores serão reduzidos. Outra dúvida é o que será feito com os R\$ 105 bilhões que ficarão disponíveis dentro do Orçamento. Essa é a primeira das muitas discussões que podemos vir a acontecer para a acomodação dos gastos.

Ontem, a Bolsa subiu 0,72%, aos 110.189 pontos, ganhando impulso com a aprovação do texto desidratado. Já o dólar caiu 0,25%, negociado a R\$ 5,26 após atingir um mínima de R\$ 5,22.



Tramitação. Sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado para avaliar a PEC: proposta deve ser votada hoje no plenário da Casa

R\$ 198 bi

Era o impacto da proposta inicial do PT. O valor soma R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família e R\$ 22,9 bi para investimentos

R\$ 175 bi

É o custo total do Bolsa Família para pagar o benefício de R\$ 600 e R\$ 150 por criança de até 6 anos em 2023

R\$ 145 bi

Foi o valor aprovado para ampliação do teto e pagamento do Bolsa Família. Os outros R\$ 30 bi vão dos R\$ 105 bi que estavam previstos no Orçamento para o programa

R\$ 22,9 bi

O valor, resultado de excesso de arrecadação, seguirá fora do teto, para investimentos, como na proposta original do PT

R\$ 75 bi

É a sobra no Orçamento para recompor a verba de programas como merenda escolar e Farmácia Popular

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ**Seção:** Economia **Página:** 13